

CLIPPING JURÍDICO

18 de Junho de 2019



Artigos

- O ICMS entre a guerra fiscal e a reforma
- Impactos do Código de Ética do Carf

Empresas

- Energisa vai usar a Alsol em geração distribuída
- Embraer fecha encomenda de US\$ 1,9 bi com United Continental
- Justiça libera leilão de ativos da Avianca
- Fitch eleva rating da JBS de “BB-” para “BB”, com perspectiva estável

Legislação & Tributos

- Supremo analisará troca de dados entre Receita e MP
- Bolsonaro veta despacho gratuito de bagagem em voos domésticos
- Carf começa a julgar processos de R\$ 7,9 bilhões da Petrobras
- Estado pode cobrar dívida milionária de ICMS de multinacional, diz TJ-SC
- Governo edita MP para facilitar venda de bens apreendidos de traficantes

Notícias gerais

- 'Otimista', Ibre reduz previsão de expansão do PIB para 1,2%
- Planalto tentará retomar capitalização
- Parecer feito por relator permite anistia a dívidas com o Funrural
- Reforma garante teto de gastos por 2 anos
- Quatro projetos têm alta probabilidade de virarem lei



O ICMS entre a guerra fiscal e a reforma

No agregado de 26 Estados, as receitas correntes cresceram 2,8% de janeiro a abril deste ano contra igual período de 2018. Alta nominal, abaixo da variação de 4,94% do IPCA nos 12 meses encerrados em abril. Em Goiás, na mesma comparação, essas receitas avançaram 11,6%. Os dados constam dos relatórios fiscais entregues ao Tesouro Nacional.

O crescimento das receitas goianas acima da média é atribuído em boa parte pela Fazenda estadual ao corte de benefícios fiscais do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Em Goiás, a renúncia com incentivos fiscais é relativamente alta. Para 2019 deve somar R\$ 8 bilhões, o que representa 50% da arrecadação de ICMS estimada para o ano. Em entrevistas concedidas anteriormente ao Valor, Cristiane Schmidt, secretária de Fazenda de Goiás, disse que o Estado irá avaliar os incentivos de ICMS em vigor. A análise, frisou, será feita de forma cuidadosa, em conjunto com o setor produtivo.

A secretária destaca que o Estado precisa do aumento de receitas. Segundo os relatórios fiscais, no mesmo agregado de 26 entes, as despesas correntes aumentaram 4,5% nominais no primeiro quadrimestre. Em Goiás o avanço foi de 19,3%. As despesas de pessoal do Estado, diz Cristiane, aumentaram em boa parte em razão de contratações determinadas anteriormente e por custos de demissão visando um ajuste no longo prazo. O corte de incentivos fiscais, tem defendido a secretária, é a forma mais racional de se conseguir receitas no momento em que a recuperação econômica ainda é lenta para trazer aumentos mais expressivos nas receitas.

Appy: no agregado, incentivos trazem perda de receita

Os Estados não parecem caminhar todos nesse sentido. Foi uma disputa pela redução de ICMS - sobre querosene de aviação (QAV) - que causou discórdia entre as Fazendas estaduais na última reunião do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), em maio.

Atualmente um convênio do Confaz permite a redução de ICMS sobre QAV para 13 Estados. Na última reunião um grupo de pelo menos seis - Goiás, Rio Grande do Norte, Maranhão, Mato Grosso, Rio de Janeiro e São Paulo - solicitou a adesão ao convênio. Os pedidos foram negados em meio à falta de consenso e a uma discussão acalorada. Na ocasião, o secretário de Fazenda do Rio Grande do Norte, Carlos Eduardo Xavier, chegou a adotar, com outros secretários, a estratégia de pedir vistas, o que travou a pauta. Segundo Xavier, o Estado demonstrou depois que na verdade já estava incluído no convênio, o que deve possibilitar ainda neste mês a edição de um decreto para reduzir o ICMS potiguar sobre QAV.

"Não se conseguiu discutir mais nada na reunião depois da discussão sobre QAV", lembra George Santoro, secretário da Fazenda de Alagoas. Com o objetivo de apaziguar os ânimos, diz, o Estado deve apresentar na próxima reunião do Confaz, em julho, uma proposta de novo convênio com patamares mínimos de redução de alíquota conforme o Estado ou a região.



"É apenas uma proposta para ser debatida e tentar consenso. Caso seja aprovada, valerá a partir de então. Todos os acordos anteriores serão mantidos."

Para Santoro, o assunto é complexo. E o movimento de São Paulo para reduzir a alíquota sobre QAV, diz ele, aumentou a disputa pela redução do imposto.

Alagoas deve propor que a redução do ICMS sobre QAV em São Paulo seja limitada a 12%. Os níveis mínimos propostos variam, segundo ele. Em alguns Estados a alíquota poderia chegar a 7%, e nos governos da região Norte, a 3%, por exemplo.

São Paulo anunciou em fevereiro a redução de 25% para 12% do ICMS sobre QAV. Paralelamente ao pedido de adesão ao convênio do Confaz, o governo paulista enviou à Assembleia Legislativa um projeto de lei propondo a alíquota menor que entraria em vigor em junho. Como ainda não foi votado, o projeto entrou em regime de urgência. Tanto o governador de São Paulo, João Doria, quanto o secretário de Fazenda e Planejamento do Estado, Henrique Meirelles, dizem que o incentivo não caracteriza guerra fiscal.

De fato não é o que se convencionou chamar de guerra fiscal. Porque assim era denominada a disputa anterior na oferta de benefícios concedidos ilegalmente, à revelia do Confaz. Não é o caso dos incentivos anunciados por São Paulo durante a gestão Doria.

A Lei Complementar 160/2017 permitiu aos Estados a convalidação dos incentivos irregulares de ICMS existentes anteriormente e proibiu a oferta de novos incentivos.

Mas a mesma lei deixou uma brecha ao permitir que os entes federados façam a chamada "cola", que é a possibilidade de reproduzir reduções do imposto oferecidas por Estados da mesma região. "A iniciativa de São Paulo não viola a legislação, mas tem grande repercussão econômica sobre os demais locais", diz Santoro. O fato de os incentivos dos Estados agora serem legais, porém, parece não mudar os efeitos no conjunto dos Estados. É por isso que a nova batalha por redução de alíquotas já é nomeada por alguns como guerra fiscal. "Por causa de São Paulo, todos querem aderir para ter a possibilidade de entrar na guerra se precisarem. Isso é uma estratégia kamikaze", disse Cristiane, logo após a reunião do Confaz em maio.

Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), chama a atenção para os impactos desse movimento. Ele avalia que alguns incentivos fazem sentido do ponto de vista do Estado que os oferece, ajudando a atrair investimentos.

"Mas uma iniciativa nesse sentido faz com que outros governos façam concessão de benefícios ainda maiores. No agregado, claramente há perda de arrecadação." Há ainda, lembra ele, a tendência estrutural do ICMS de perda de fatia na arrecadação global. Um dos motivos é que o imposto não tem conseguido capturar serviços cada vez mais importantes.



Uma reforma tributária para criar um imposto mais eficaz, não cumulativo e cobrado no destino - o contrário de tudo o que é hoje o ICMS - solucionaria a batalha de alíquotas. "Mas hoje se discute uma reforma com transição que levará dez anos", diz Santoro. No decorrer desse período, explica, os Estados querem preservar a possibilidade de conceder benefícios sobre a parte que irá arrecadar. Ele conta que uma redução do ICMS sobre QAV em 2016 propiciou a Alagoas elevar em quatro vezes a arrecadação sobre o produto.

Ou seja, com a aprovação da reforma ou não, a nova guerra fiscal de ICMS deve perdurar.

Marta Watanabe é repórter

Fonte: Valor

Impactos do Código de Ética do Carf

No dia 26 de março de 2015 a Polícia Federal saía às ruas para cumprir 41 mandados de busca e apreensão em vários Estados do país, em operação que investigava casos de corrupção. Tratava-se da Operação Zelotes, que trazia à tona um suposto esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), órgão subordinado ao então denominado Ministério da Fazenda. Segundo a PF, conselheiros manipulavam julgamentos em favor de empresas em troca de recebimento de vantagens indevidas.

Em julho de 2016 uma nova operação da Polícia Federal atinge o Car. Era a Operação Quatro Mãos, que prendeu em flagrante um conselheiro do órgão que teria solicitado vantagens indevidas a fim de influenciar um julgamento em favor de uma instituição financeira.

Passados quatro anos da deflagração da Operação Zelotes, em 23 de abril de 2019, o Carf publicou a Portaria nº. 19, aprovando o Código de Conduta

Ética dos Agentes Públicos em exercício no órgão. São 46 artigos que trazem uma série de regras a respeito de assuntos variados, como conflito de interesses, assédio, tratamento a ser dispensado ao público em geral, interno e externo, contratação de bens e serviços, recebimento de brindes e presentes, dentre outros. Sabiamente, o Código também aborda as condutas que foram alvo das operações já aqui mencionadas.

Ao obrigar os advogados a agendarem despachos com conselheiros, o Código vai de encontro ao

Estatuto da OAB

Na prática, o artigo 34 do Código proíbe qualquer Muito menos que tais práticas só ocorreram por interação entre conselheiros e advogados dos falta de orientações a respeito da conduta que se contribuintes após o início do julgamento dos espera dos agentes públicos que lá trabalham. recursos, o que acaba, por exemplo, com a Isso porque, o Código de Ética do Servidor Público possibilidade de um despacho pessoal com o Civil do Poder Executivo Federal vigora por decreto relator acerca do retorno de uma diligência, prática desde 1994. Ainda, há resoluções expedidas pela comum dada a complexidade dos casos sob Comissão de Ética Pública, assim como o Código análise do Carf - que muitas vezes demandam a de Conduta da Alta Administração Federal - todos verificação de informações e documentos pelos devidamente referenciados no Código ora agentes fiscais da Receita Federal do Brasil. No publicado pelo Carf.

mais, ao obrigar que a interação entre conselheiros Ainda assim, as medidas que visam a fortalecer os e advogados dos contribuintes se dê controles e os elementos de um programa de exclusivamente por meio de audiência, o Código integridade devem ser saudados não só pelo também veda a possibilidade de realização de aspecto positivista de formalizar condutas despachos pessoais mais breves antes, nos esperadas, mas também por trabalharem de uma intervalos ou após as sessões de julgamento, forma indireta o aspecto cultural daquela prática também bastante comum e saudável para instituição e o posicionamento a favor de posturas administração da justiça pelo Conselho. éticas que são esperadas.

Outro ponto que merece destaque é que ao obrigar Para devida efetividade, essas medidas precisam os advogados dos contribuintes a agendarem seus ser tomadas em harmonia com as práticas dos despachos com conselheiros, o Código vai de conselheiros, contribuintes e seus advogados que, encontro ao disposto no inciso VIII do artigo 7º do de boa-fé, trabalham para que o Carf, com sua Estatuto da OAB. Este prevê, como direito do função de extrema importância, possa continuar a advogado, ser atendido por magistrados ser um órgão autônomo e relevante na estrutura da independentemente de condição ou horário administração tributária nacional.

Alessandro Cruz e Gian Carlo Evaso são associados do Trench Rossi Watanabe

Evidentemente, do ponto de vista da ética e da integridade, a iniciativa do Carf deve ser celebrada - especialmente depois dos fatos ocorrido no órgão. No entanto, isso não significa que as condutas ilegais trazidas à tona pelas operações policiais fossem legítimas antes da publicação do Código.

Fonte: Valor

Energisa vai usar a Alsol em geração distribuída

Quinto maior grupo de distribuição de energia do Brasil, a Alsol, porém, que fechou o ano passado com 25 países, em volume fornecido, a Energisa entrou no megawatts (MW) de capacidade instalados de segmento de geração distribuída a fonte solar, com geração distribuída, pretende dobrar esse volume a conclusão ontem da aquisição de 87% da Alsol até o fim deste ano.

Energias Renováveis, empresa do grupo Algar, por Segundo Buiatti, a Alsol foi responsável pela R\$ 11,7 milhões. A Algar permanecerá com 10% e instalação do primeiro sistema de geração os 3% restantes ficarão com Gustavo Buiatti, distribuída registrado no banco de dados da fundador da empresa e que ocupará o cargo de Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), em diretor de Tecnologia e Novos Negócios. Uberlândia (MG). A companhia inclusive colocou

"Estamos entrando no segmento [de geração em operação, no ano passado, um projeto do tipo distribuída] através da Alsol", afirmou ao Valor na sede da agência reguladora, em Brasília, de 500 vice-presidente de Geração, Transmissão e Novos kW.

Negócios do grupo Energisa, Geraldo Mota, que Fundada em 2012, a companhia registrou responderá também pela presidência executiva da crescimento médio de 37,2% por trimestre até Alsol. 2018, contra um aumento de 29,4% na média do

Segundo ele, a aquisição da companhia faz parte segmento. A Alsol fechou o ano passado com do processo de evolução da indústria de energia faturamento de R\$ 56,5 milhões.

elétrica e permitirá à Energisa ampliar o leque de Segundo Mota, a Alsol também será estratégica na produtos e serviços disponibilizados para os expansão do mercado de geração distribuída nos clientes. "O setor elétrico está sendo hoje Estados do Acre e Rondônia, cujas distribuidoras impactado por tecnologias disruptivas. Há locais (Eletroacre e Ceron, respectivamente), que tecnologias que estão nos desafiando. Os agentes pertenciam à Eletrobras, foram adquiridas no ano do setor elétrico estão tendo que se adaptar, tanto passado pela Energisa. "Acre e Rondônia têm em tecnologia para produção de energia quanto em potencial também para micro-rede em áreas tecnologia de como colocar essa energia para o isoladas.

consumidor", completou Mota. Você pode combinar bateria com fonte solar para

De acordo com o executivo, a aquisição da Alsol atender as regiões isoladas".

reforçará a presença do grupo mineiro na indústria Questionado sobre as discussões em andamento 4.0. Ela vai atuar nas áreas de geração distribuída, na agência reguladora relativas ao aprimoramento produção de fontes renováveis, armazenamento de das regras para a geração distribuída, que podem energia, monitoramento em tempo real de geração implicar na cobrança dos usuários de projetos do tipo pelo uso da rede das distribuidoras, Mota

O executivo não detalhou metas de longo prazo afirmou que a evolução da regulamentação é um para o negócio de geração distribuída. processo natural.



"A GD [geração distribuída] veio para ficar. A tecnologia está caindo de preço. A regulamentação tem que reconhecer isso e evoluir no sentido de que todos os atores presentes tenham a sua remuneração adequada.

Entendemos que a regulamentação está vindo para resguardar os interesses econômicos de todas as partes envolvidas", explicou ele.

Maior grupo de distribuição de energia do país em área de concessão, a Energisa atende hoje a 7,7 milhões de clientes em 862 municípios de 11 Estados, em todas as regiões do país. A companhia fechou 2018 com receita líquida de R\$ 15,8 bilhões.

Fonte: Valor

Embraer fecha encomenda de US\$ 1,9 bi com United Continental

A fabricante brasileira de aviões Embraer informou ontem um contrato de US\$ 1,9 bilhão com a United Continental, considerando o exercício das opções e os preços atuais.

A United Continental assinou, durante a feira Paris Air Show International, pedido firme de 20 jatos E175, com opção de outras 19 aeronaves. O diretor

financeiro da companhia americana, Gerry Laderman, disse que a compra faz parte do plano de reposição de aeronaves. Os aviões, com 70 lugares, devem começar a ser entregues no próximo ano.

Segundo a Embraer, a encomenda será incluída na carteira de pedidos do segundo trimestre de 2019. As entregas estão previstas para o início do segundo trimestre de 2020.

Incluindo o novo contrato, a Embraer vendeu mais de 585 jatos E175 para companhias aéreas na América do Norte desde janeiro de 2013. O modelo é responsável por mais de 80% de todas as encomendas de jatos de 70 a 76 assentos da companhia.

"O E175, operado por nossos parceiros regionais, provou ser uma parte importante de nossa frota à medida que continuamos expandindo nossa linha aérea principal e proporcionamos uma experiência ao cliente cada vez melhor", disse Laderman, em comunicado divulgado ontem.

A Embraer assinou ontem também um contrato de longo prazo com a companhia aérea Azul para o suporte de peças reparáveis para a nova frota de jatos E195-E2 que será adquirida.

O jato E195-E2 é a segunda geração de aviões comerciais da família de E-Jets da Embraer e a Azul encomendou 51 unidades - a companhia será a primeira a ter aviões desse modelo. A expectativa é que a companhia aérea receba a primeira unidade já no segundo semestre deste ano.

O contrato assinado ontem tem duração de "vários anos", segundo a Embraer, e inclui serviços de engenharia e manutenção avançada de peças a partir dos armazéns de componentes da Embraer em Fort Lauderdale, na Flórida (EUA).

A Azul aderiu ao programa de serviços da fabricante brasileira em dezembro de 2008, quando começou a operar os E-Jets da primeira geração, e mais recentemente ao Programa de Gestão de Manutenção. Com o novo contrato, a companhia aérea passa a ter cobertura para toda a sua frota de jatos Embraer.

O Programa Pool de serviços da Embraer atualmente apoia mais de 40 companhias aéreas em todo o mundo.

O E195-E2 é o segundo dos três novos modelos de aeronave da família de jatos E2 desenvolvidos para suceder a primeira geração dos E-Jets. Jatos do modelo E190-E2 já estão sendo operados pela norueguesa Widerøe, a maior companhia aérea regional da Escandinávia, e pela Air Astana, do Cazaquistão.

Fonte: Valor

Justiça libera leilão de ativos da Avianca

O colegiado de desembargadores do Tribunal de Na decisão de ontem, os desembargadores Justiça do Estado de São Paulo decidiu ontem, por Maurício Pessoa e Sérgio Shimura ponderaram dois votos a um, pela retomada do leilão de ativos que a Anac nunca questionou a legalidade do da Avianca Brasil suspenso no dia 6 de maio, a plano, um indício de que a venda das UPIs no pedido da credora Swissport. A Avianca está em formato atual é válida.

recuperação judicial desde dezembro de 2018. Felipe Bonsenso, sócio do escritório Costa, Albino

O advogado da Avianca Brasil, Joel Luís Thomas & Lasalvia Advogados e especialista em Bastos, sócio do escritório Thomaz Bastos, recuperação judicial, disse que a legislação Waisberg, Kurzweil Advogados, disse que a Avianca permite a transferência de slots entre empresas de vai analisar se há necessidade de publicar um edital um mesmo grupo, desde que todas as empresas para divulgar uma nova data para o certame. tenham o certificado de operador aéreo - um

Fontes próximas da companhia aérea disseram que requisito que a Avianca ainda não cumpriu. o leilão deve ser realizado no dia 10 de julho. A O relator do caso, desembargador Ricardo Negrão, Avianca Brasil não confirmou a data. votou para manter o leilão suspenso, até que seja

A empresa pode elaborar um novo edital para comprovado que não existe qualquer ilegalidade permitir que mais companhias se inscrevam para no processo de recuperação judicial.

fazer lances pelas por seus ativos. Antes da O desembargador disse que pediu um parecer do suspensão do leilão, as empresas Gol, Latam e Azul Conselho Administrativo de Defesa Econômica estavam habilitadas a fazer lances. (Cade) sobre o leilão de ativos. O Cade abriu um

Recentemente, Globalia, Passaredo, Sideral e procedimento preparatório de inquérito Twoflex demonstraram interesse em competir administrativo para acompanhar a venda de ativos pelos direitos de pousos e decolagens ("slots") da da empresa. A autarquia vê indícios de que Gol e Avianca no aeroporto de Congonhas, em São Paulo. Latam poderiam ter cometido condutas Com a decisão da Justiça, a Avianca pode manter o anticompetitivas na disputa.

plano de criar sete unidades produtivas isoladas A decisão foi considerada positiva por Bonsenso. (UPIs), todas com certificado de operador aéreo e "Essa decisão vai permitir à Avianca saldar parte com os "slots" a que a companhia tem direito nos das suas dívidas", afirmou Bonsenso. As dívidas da aeroportos de Congonhas, Guarulhos (SP) e Santos Avianca Brasil no âmbito do plano de recuperação Dumont, no Rio de Janeiro. judicial é de R\$ 2,7 bilhões.

Quando o leilão, que ocorreria no dia 7 de maio, foi suspenso, a Justiça considerou o questionamento da Swissport sobre a legalidade da venda dos slots junto com as UPIs. Em tese, a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) é a única instituição que pode fazer a distribuição dos slots.

Fonte: Valor

Fitch eleva rating da JBS de “BB-” para “BB”, com perspectiva estável

A agência de classificação de risco Fitch Ratings elevou hoje o rating global da JBS “BB-” para “BB”, com perspectiva estável. O rating em escala nacional foi elevado de “A (bra)” para “AA+ (bra)”.

De acordo com a agência, a atualização reflete a desalavancagem esperada da JBS e a forte geração de fluxo de caixa livre e maior flexibilidade financeira devido à gestão recente de passivos.

A Fitch ainda destacou que o perfil de negócios da JBS é forte devido ao seu tamanho, diversificação geográfica e proteica em suínos, aves e bovinos. A agência destacou que a empresa é a mais diversificada geograficamente no setor de proteínas devido à sua forte presença na América do Norte, América do Sul, Austrália e Canadá.

“Essa diversidade geográfica permite que o grupo reduza a volatilidade dos negócios inerente ao setor”, afirmou a agência por meio de nota.

A Fitch espera que a JBS continue a se desalavancar devido à forte geração de fluxo de caixa livre, devido ao forte desempenho da empresa em suas operações nos EUA, Canadá e Austrália. Essas operações representaram cerca de 80% do Ebitda ajustado de 2018, de R\$ 14,9 bilhões.

Em comparação aos concorrentes brasileiros, a Fitch avalia que a JBS tem uma posição favorável do ponto de vista de risco de negócios ante Marfrig Global Foods (“BB-”, com perspectiva estável) e Minerva (“BB-”, com perspectiva estável).

Por outro lado, o índice de alavancagem da JBS continua maior do que a das americanas Tyson Foods (“BBB”, com perspectiva estável) e Smithfield Foods (“BBB”, com perspectiva estável).

Os ratings da JBS também refletem questões litigiosas em andamento relacionadas a investigações de corrupção e incerteza em relação a possíveis multas, que podem prejudicar o perfil de crédito da empresa e o acesso ao mercado de capitais.

Fonte: Valor



Supremo analisará troca de dados entre Receita e MP

O Supremo Tribunal Federal (STF) vai julgar, nos próximos meses, se a Receita Federal pode compartilhar dados bancários e fiscais de contribuintes com o Ministério Público (MP) sem autorização judicial. Esse tema foi incluído na pauta de julgamento do segundo semestre do Plenário da Corte - divulgada no fim de semana pelo presidente, o ministro Dias Toffoli - e é um dos mais esperados pelos advogados.

Na pauta também constam ações de ordem tributária com impacto relevante ao mercado. Os ministros devem decidir em outubro, por exemplo, se a Receita pode cancelar, sumariamente, o registro das empresas de cigarro no caso de não pagamento de impostos e contribuições.

Já para o mês de novembro está prevista análise sobre a inclusão do salário-maternidade no cálculo da contribuição previdenciária. Esse caso somente tem impacto de R\$ 1,2 bilhão por ano aos cofres públicos, segundo a Fazenda Nacional.

"É a primeira vez que essa questão entra no calendário e a discussão é se esses valores têm ou não natureza de remuneração", diz Leonardo Augusto Andrade, do Velloza Advogados. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já decidiu sobre esse tema, em repetitivo, e entendeu que deve compor a base da contribuição patronal. "O STF, agora, vai dar a palavra final do ponto de vista constitucional."

Há ainda a previsão para o julgamento de processos que estavam na pauta do primeiro semestre e acabaram não sendo analisados. Dentre eles, a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4905, prevista para o dia 21 de novembro.

Os ministros vão tratar da multa de 50% que é cobrada dos contribuintes nos casos de indeferimento dos pedidos de compensação (uso de crédito para pagar tributo).

"Essa multa existe porque o pedido tem efeito imediato para o contribuinte. Ele consegue extinguir o débito com o crédito que afirma ter direito já quando apresenta o pedido. Serve, então, para evitar que sejam prestadas informações erradas à Receita Federal", diz a coordenadora da atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) no STF, Alexandra Carneiro. "Mas não sabemos se será realmente julgado. Esse processo entra e sai de pauta desde 2016."

O julgamento, desta vez, vai depender do processo que envolve o compartilhamento de dados obtidos pela Receita Federal com o Ministério Público (RE 1055941). Ambos os casos estão pautados para o mesmo dia - 21 de novembro - só que este consta como o primeiro da pauta. E a discussão deve ser longa, observam advogados, já que a decisão que será tomada pelos ministros poderá impactar operações como Zelotes e Lava-Jato.

Isso porque, segundo advogados ouvidos pelo Valor, a Receita teria se comunicado com o MP por meios não previstos em lei. "O meio legal é a representação fiscal para fins penais. Mas existem casos em que houve troca de ofícios. A Receita atuou, por vezes, como um braço de fiscalização do Ministério Público", diz uma fonte. "Se não tiver decisão judicial autorizando, as provas poderão ser anuladas se o Supremo assim decidir", complementa.

Esta será a primeira vez que o plenário discutirá sobre o assunto. Há uma decisão recente da 2ª Turma (RE 1144128). Os ministros Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello derrubaram uma decisão monocrática do ministro Edson Fachin que permitia o compartilhamento de dados sem autorização judicial.

A pauta do Supremo tem sido divulgada com antecedência desde que o ministro Dias Toffoli assumiu a presidência. Ele já havia liberado a pauta de todo o semestre no começo do ano. Antes, o que se via, segundo advogados que acompanham os julgamentos na Corte, eram divulgações semanais.

Em comparação com o primeiro semestre, nota-se um aumento na indicação de temas tributários, observa Eduardo Lourenço, sócio do Maneira Advogados. Ele cita três casos importantes envolvendo Estados e municípios. Todos tratam da base de cálculo de taxas que foram criadas ao longo dos anos.

Um deles envolve o município de São Paulo (ARE 906203). Os ministros vão analisar, no dia 5 de setembro, lei que estabelece taxa de fiscalização cobrada das empresas que estão instaladas na capital paulista.

Um outro caso envolve o Estado do Pará, que criou uma taxa de controle, acompanhamento e fiscalização das atividades de exploração e aproveitamento de recursos hídricos (ADI 5374). Será julgada ainda a taxa de controle, monitoramento e fiscalização ambiental cobrada pelo Estado do Rio de Janeiro de empresas de energia (ADI 5489). Ambas estão na pauta de 11 de setembro.

Para Francisco Giardina, do Bichara Advogados, esses julgamentos são importantes porque haverá a possibilidade de o tribunal "reavaliar a questão da métrica" das taxas. "A cobrada no Estado do Pará, por exemplo, tem como base o volume de água que circula na usina. Esse critério não tem relação nenhuma com o de fiscalização."

Fonte: Valor

Bolsonaro veta despacho gratuito de bagagem em voos domésticos

O presidente Jair Bolsonaro vetou nesta segunda-feira a proibição da cobrança de franquia de bagagem inserida por emenda parlamentar na tramitação da Medida Provisória (MP) 863, sobre a participação de capital estrangeiro em companhias aéreas.

“O presidente vetou a regulamentação de franquia de bagagem inserida por Emenda parlamentar na tramitação da MP 863. O veto se deu por razões de interesse público e violação ao devido processo legislativo”, disse em nota a Secretaria de Comunicação da Presidência.

A justificativa para a violação do processo legislativo é que a MP tratava da abertura do setor aéreo para o capital estrangeiro, não de não regulação de serviços aeronáuticos.

Na sexta-feira, Bolsonaro disse que estava decidindo se sancionaria ou vetaria a cobrança de bagagens em voos nacionais e falou que havia argumentos políticos e econômicos para as duas coisas. “Politicamente seria bom sancionar, mas tem também o lado econômico”, disse.

A Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) havia recomendado o veto. O prazo para sanção se encerra nesta segunda-feira e, segundo fontes, uma edição extra do Diário Oficial da União pode ainda ser publicada.

Fonte: Valor

Carf começa a julgar processos de R\$ 7,9 bilhões da Petrobras

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) começou a julgar ontem dois processos de uma relevante tese tributária para a Petrobras: a que trata do aluguel de plataformas petrolíferas. Em ambos os julgamentos, o placar, por enquanto, é desfavorável à companhia. Juntas, as autuações fiscais somam R\$ 7,9 bilhões.

Um terceiro julgamento está marcado para a tarde de hoje. A Petrobras tem vários processos sobre o tema - com uma derrota na Câmara Superior. O valor total da tese é estimado pela empresa em R\$ 45,45 bilhões, de acordo com seu Formulário de Referência. O montante inclui Cide, PIS e Cofins-Importação e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF).

A discussão central é a mesma: a divisão de contratos de aluguel (afretamento) e de prestação de serviços em plataformas.

A empresa costuma fazer dois contratos, deixando a maior parte do valor para o de afretamento, que não é tributado. A Receita Federal, porém, não aceita essa separação - normalmente quando a diferença é grande - e tributa toda a operação como importação de serviços.

Ontem, o advogado da Petrobras, Tiago Lemos de Oliveira, destacou, nos julgamentos em turmas do Carf, que os gastos com afretamento são maiores devido ao valor de uma plataforma petrolífera, que gira em torno de US\$ 5 bilhões. "A Receita, porém, diz que a diferença entre os contratos de afretamentos e prestação de serviços seria muito grande", disse.

De acordo com ele, as provas apresentadas pela fiscalização para as autuações são as cláusulas contratuais, o que não seria suficiente. Ele explicou que o aluguel e a prestação de serviços são contratados de forma interdependentes e, por isso, precisam ter cláusulas que conversem entre si.

Ele lembrou que a própria Receita Federal permite a bipartição contratual no Repetro - regime fiscal aduaneiro que suspende a cobrança de tributos federais na importação de equipamentos para o setor. "Um pressuposto para uso do Repetro é a execução simultânea, depois a própria Receita Federal desconsidera os contratos por haver execução simultânea", afirmou.

Já o procurador Fabrício Sarmanho, da Fazenda Nacional, disse que a empresa não é autuada por causa da bipartição, mas da artificialidade. "O Repetro autoriza a bipartição, mas não uma bipartição artificial", afirmou.

Entre os processos que começaram a ser julgados ontem, o que está mais adiantado é o da 1ª Turma da 3ª Câmara da 3ª Seção. Está em análise uma cobrança de R\$ 2,68 bilhões de Cide, referente ao ano de 2013.

Por enquanto, cinco conselheiros votaram. Três representantes da Fazenda, pela manutenção do auto. Dois representantes dos contribuintes, pelo cancelamento. Outros três conselheiros devem votar em julho, quando o processo retorna de pedido de vista.



O relator é o conselheiro Ari Vendramini, representante da Fazenda. Ele destacou, em seu voto, algumas características dos contratos levantados pela fiscalização. Eles indicam, segundo ele, empresas do mesmo grupo econômico, com responsabilidade solidária e execução simultânea. Para ele, porém, seria um contrato único. "O de afretamento é apenas um acessório ao contrato de prestação de serviços", disse.

A Fazenda Nacional também saiu na frente no outro julgamento, iniciado pela 2ª Turma da 3ª Câmara da 3ª Seção. Um pedido de vista adiou a decisão para julho. Dos oito conselheiros que compõe o colegiado, apenas dois votaram. Ambos para manter uma cobrança de R\$ 5,22 bilhões de PIS e Cofins, referente ao ano de 2013.

O relator, conselheiro Gilson Macedo Rosenburg Filho, representante da Fazenda, considerou que, no caso, o fornecimento da unidade é parte indissociável do serviço contratado e as empresas contratadas são do mesmo grupo.

Trata-se, acrescentou, de uma só contratação, artificialmente bipartida.

"A interdependência das empresas contratantes é nota característica", afirmou, acrescentando que o contrato de afretamento foi firmado com companhia estrangeira e concentrou 90% do valor dos contratos. "Na minha visão, nesse caso específico, a simulação está explícita."

O conselheiro Corinho Oliveira Machado, também representante da Fazenda, acompanhou o relator, sem detalhar seu voto. O conselheiro Walker Araújo, representante dos contribuintes, pediu vista na sequência, suspendendo o julgamento.

Fonte: Valor

Estado pode cobrar dívida milionária de ICMS de multinacional, diz TJ-SC

Por unanimidade, a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Santa Catarina entendeu que a incidência da lei ocorre no momento do fato é lícita a atuação do estado de cobrar dívida de gerador e só vai retroagir quando for imposto sobre Operações relativas à Circulação de expressamente interpretativa ou quando puder Mercadorias (ICMS) de R\$ 10,5 milhões de empresa multinacional. Como o decreto em questão não é interpretativo e

No caso, o colegiado analisou um recurso em que a empresa multinacional do ramo alimentício questionava a cobrança milionária. Os desembargadores acataram o pedido sustentado oralmente no julgamento da apelação. Com informações da Assessoria de Imprensa do TJ-SC. (PGE-SC).

Fonte: Conjur

Prevaleceu o entendimento do desembargador relator Pedro Manoel de Abreu, que tendeu à argumentação da PGE e entendeu que o decreto estadual não tem caráter interpretativo.

"Dessa forma, o estado pode manter a exigência do pagamento dos R\$ 10,5 milhões e os valores já pagos no parcelamento não devem ser devolvidos. Além disso, o relator aumentou os honorários em favor do Estado de 5% para 6%", diz.

A decisão foi seguida pelos demais membros da Câmara, os desembargadores Jorge Luiz de Borba e Luiz Fernando Boller (presidente). Também atuou no processo o procurador do Estado Thiago Mundim Brito.

Caso

Na ação, a empresa buscava a anulação do débito e a restituição dos valores já pagos no parcelamento da dívida. Alegava a possibilidade de utilização de créditos presumidos em razão da publicação de decreto estadual com aplicação retroativa por ter supostamente caráter interpretativo, o que foi contestado pela PGE.

Governo edita MP para facilitar venda de bens apreendidos de traficantes

O presidente Jair Bolsonaro assinou, nesta segunda-feira (17/6), medida provisória que facilita a venda de bens apreendidos de condenados por tráfico de drogas. A MP altera a Lei de Fundo Antidrogas para permitir o bloqueio e o uso dos recursos antes mesmo do trânsito em julgado. A venda será feita por meio de leilão.

Há dúvidas sobre a constitucionalidade da MP. A alínea "b" do inciso I do parágrafo 1º do artigo 62 da Constituição federal proíbe a edição de medidas provisórias sobre "Direito Penal, Processual Penal e Processual Civil".

"Se o tráfico de drogas é tão lucrativo, devemos aproveitar isso. O dinheiro arrecadado com o leilão será destinado ao Fundo Nacional Antidrogas (Funad), que financia programas de repressão, prevenção, tratamento e reinserção social de dependentes químicos", disse o ministro da Justiça, Sergio Moro.

Segundo o Ministério da Justiça, o objetivo da MP é evitar a deterioração dos bens apreendidos, transformando-os em "benefícios à sociedade".

De acordo com o governo, o país tem hoje cerca de 80 mil bens de traficantes apreendidos. Desse total, cerca de 30 mil têm sentença transitada em julgado e podem ser leiloados imediatamente. São quase 10 mil veículos, 459 imóveis, 25 aeronaves, além de mais de 18,9 mil bens diversos, principalmente celulares. Estão, em geral, parados por "entraves de gestão do patrimônio confiscado", diz o governo.

A MP também fala da contratação de engenheiros para a construção de presídios. Segundo o Ministério da Justiça, embora o governo tenha liberado verbas para obras em presídios, muito pouco foi executado. "A ideia é contratar engenheiros que possam estruturar esses presídios para facilitar a gestão de recursos", disse Moro.

Fonte: Conjur



'Otimista', Ibre reduz previsão de expansão do PIB para 1,2%

O Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Na verdade, isso exigiria uma desaceleração forte, Getulio Vargas (Ibre-FGV) segue mais otimista do especialmente porque o desempenho do ano que a média dos analistas do mercado sobre o passado foi muito fraco a partir de maio."

crescimento da economia, mesmo após ter cortado Ela acrescentou que as sondagens de confiança ontem, mais um vez, sua projeção para o Produto da Fundação Getulio Vargas vêm capturando uma Interno Bruto (PIB) deste ano. Para o Ibre-FGV, parte melhora na indústria de transformação nos últimos dos analistas pode não ter captado uma melhora dois meses. Além disso, a economista prevê uma relativa da indústria de transformação e do atenuação da crise argentina, a partir de políticas consumo das famílias. de incentivo para vendas de automóveis adotadas

O Ibre-FGV revisou para baixo sua estimativa para o no país vizinho. "Isso pode surtir efeito e contribuir crescimento PIB de 2019, de 1,4% para 1,2%, nas exportações", avaliou.

conforme antecipado pelo Valor Pro, serviço de Desta forma, a indústria de transformação deverá informações em tempo real do Valor. Em maio, o crescer 0,9% no segundo trimestre em relação a instituto já havia cortado sua previsão para a igual período do ano passado. No ano como um atividade de 1,8% para 1,4%. As reduções refletiram todo, o segmento deverá ficar praticamente indicadores mais fracos do início do ano. Porém, estagnado, com avanço de 0,3%. O Ibre-FGV prevê analistas ouvidos Boletim Focus, do Banco Central, que a indústria geral (incluindo a extrativa) vai projetam alta menor, de apenas 0,9% do PIB neste crescer 0,1% em 2019. A extrativa deve recuar ano. 3,4%, afetada pelo rompimento da barragem da

Silvia Matos, coordenadora do Boletim Macro do Vale em Brumadinho (MG).

Ibre-FGV, reconheceu que as previsões estão Pela ótica da demanda, a principal mudança na ligeiramente mais otimistas. Ela lembrou que a projeção do Ibre-FGV para o PIB de 2019 ocorreu economia cresceu mais aceleradamente no ano no consumo das famílias, que foi reduzido de passado de janeiro a abril. A partir de maio, com a +1,9% para +1,6%. Essa piora está diretamente greve dos caminhoneiros, a atividade entrou em um ligada à inflação dos alimentos do início deste ano, processo de desaceleração, que seria intensificada o que afetou as expectativas de consumo de itens com a crise da Argentina. básicos. Silvia lembrou que em maio, porém, os

"Então, teremos pela frente uma base de alimentos voltaram a registrar deflação, o que comparação interanual mais baixa para os pode contribuir para uma aceleração do consumo. indicadores. Quem está com PIB de 0,5% é como se Para a coordenadora do Boletim Macro, apesar da não esperasse mais crescimento da economia no taxa mais otimista, o resultado é "fraco". Não restante do ano. É como se olhasse para o primeiro apenas pela intensidade, mas por sua composição. trimestre e dissesse que é a cara do restante do ano.



O Ibre-FGV prevê que os investimentos vão crescer apenas 1% neste ano, retirados os efeitos contábeis da importação de plataformas de petróleo, provocado pela mudança do programa Repetro. É a metade da taxa do ano passado.

José Julio Senna, do Centro de Estudos Monetários do Ibre-FGV, afirma que o baixo crescimento tem sido um padrão brasileiro ao longo dos últimos 40 anos. Para ele, um corte adicional da taxa básica de juros, a Selic, teria pouco efeito para melhorar o ritmo de crescimento da economia. Senna também defende que saída não seria pelo aumento dos gastos públicos.

"Questões de curto prazo fundiram-se com questões de longo prazo. A economia está estagnada, mas o mercado financeiro parece animado com reforma da Previdência. A reforma é fundamental, mas não é tudo. A área econômica parece indicar a direção correta, com as reformas, mas elas não são tão simples de serem aprovadas", disse Senna, em evento do Ibre-FGV no Rio.

Fonte: Valor

Planalto tentará retomar capitalização

A base do governo na Câmara discute como tentar Paulo Guedes sobre esses tópicos, mas deixou retomar no plenário dois temas caros à equipe claro que eventual reinserção no relatório não econômica na reforma da Previdência: a inclusão ocorrerá na comissão especial, que começa hoje a de Estados e municípios e a capitalização. As discutir o relatório apresentado por Samuel deputadas Bia Kicis (PSL-DF) e Joice Hasselmann Moreira (PSDB-SP) na semana passada. A (PSL-SP) afirmaram ao Valor que esses tópicos não deputada disse que, no caso dos Estados, estão definitivamente fora da reforma, mas dependerá muito do movimento dos governadores. dependem de articulação com os colegas da Casa. Hoje, Rodrigo Maia deve se reunir com Já o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, governadores do Nordeste para cobrar esforço apontou foco para a capitalização e disse em para que eles articulem a reforma. A aliados, Maia evento em São Paulo que o país terá um novo tem reconhecido que o caminho não será fácil, sistema. porque a maioria dos parlamentares da região já

"Vamos tentar fazer com que a capitalização volte sinalizou não estarem dispostos a ter o desgaste ao longo do debate. Se eventualmente não for essa sozinho e que os governadores precisam dividir a possibilidade, de construirmos maioria para ter responsabilidade pela reforma.

voto, podemos voltar com um projeto específico de Joice concordou que a hipótese de retorno da capitalização ao longo do segundo semestre", capitalização e da volta de Estados e municípios à afirmou Onyx. reforma não deve ser efetivada na comissão, mas

"Vamos tentar voltar [com capitalização] até a sim tratada no âmbito do plenário. Ela não quis votação no plenário da Câmara; podemos emendar, hierarquizar qual dos dois temas é mais destacar", acrescentou. importante, se capitalização ou extensão da

Em conversas reservadas, o presidente da Câmara, reforma a Estados e municípios. A líder do governo Rodrigo Maia (DEM-RJ), avalia que o sinal de que a no Congresso reconheceu que a fala do ministro capitalização não é um assunto encerrado, dado Paulo Guedes na sexta-feira piorou o clima, mas também pelo relator, deputado Samuel Moreira não de forma irreversível.

(PSDB-SP) na semana passada, pode potencializar Em meio às divergências sobre a reforma, Rodrigo os obstáculos para a conclusão da análise do texto Maia (DEM-RJ), afirmou em São Paulo ontem que ainda neste semestre. deve se reunir com Guedes ainda nesta semana.

Na semana passada, a posição era que o tema Ele deu um recado direto ao ministro, dizendo que seria retomado no segundo semestre em um novo ele não deveria reclamar das mudanças feitas pelo projeto. relator da proposta da reforma da Previdência.

Bia Kicis disse que vai conversar com o ministro

O presidente da Câmara citou como exemplo a Técnico da área econômica e consultores em regra de transição para a aposentadoria e voltou a previdência, que acompanharam a elaboração do dizer que o projeto de Guedes para as Forças parecer, acreditam que o texto substitutivo de Armadas tem uma proposta mais "generosa" do Samuel Moreira é de "difícil entendimento" e, em que para o servidor público. alguns pontos, "fraco" em relação ao que foi

"A proposta de Paulo Guedes para as Forças proposto pelo governo. Um dos pontos de maior Armadas dá um acréscimo [da idade] de 17%, sem crítica é a nova regra de transição definida para os idade mínima. A nossa dá [acréscimo] de 100% e se servidores públicos e trabalhadores da iniciativa tiver 57 anos agora vai até 60 anos", disse Maia. privada.

"Como é que ele pode reclamar do nosso projeto?", A nova regra criada pelo tucano prevê o questionou. cumprimento de uma idade mínima de 57 anos

O início das discussões sobre o parecer de Moreira (mulher) e 62 (homem) e incidência de um na comissão especial deve ser marcado por "pedágio" de 100% sobre o tempo está faltando de demonstrações de irritação dos parlamentares em contribuição para que seja possível se solicitar a relação aos movimentos considerados aposentadoria. O tempo de contribuição a ser "desastrosos" pelo presidente Jair Bolsonaro e por cumprido é de 30 anos, se mulher, e 35 anos, se Guedes. A demissão de Joaquim Levy do comando homem.

do BNDES - considerado um nome técnico e bem A avaliação é de que a medida não atende a visto pelo mercado financeiro por lideranças da contento os servidores públicos que entraram Casa - deixou os deputados "perplexos" com o que antes de 2003 e reivindicavam uma regra de classificaram de inabilidade política do mandatário transição para que não tivessem direito a paridade e seus auxiliares. (aposentadoria equivalente ao último salário) e a

Além disso, avaliações de bastidores por lideranças integralidade (aposentadoria equivalente ao último partidárias apontam que o debate ocorre em um salário e reajustes iguais aos da ativa) apenas ambiente de maior tensionamento político, com a quando atingem a idade mínima de 62 anos, se temperatura mais alta após a fala de Guedes na mulher, e 65 anos para homens.

sexta. Parlamentares do Centrão avaliaram que Por outro lado, a equipe econômica entende que a Bolsonaro pode estar enfrentando "os dias mais proposta impacta negativamente a economia de difíceis" desde o início da gestão, já que Guedes e o despesa que se queria.

ministro da Justiça, Sergio Moro, considerados os Segundo cálculos preliminares da Instituição Fiscal dois principais nomes do governo, estariam Independente (IFI), ligada ao Senado, a nova fragilizados. proposta de transição para o trabalhador privado

Mas não é só o lado político que pode dificultar a reduz a economia em R\$ 66 bilhões em dez anos. tramitação da reforma na comissão especial.



O relator ainda estabeleceu que definições para aposentadoria de servidores como idade mínima e tempo de contribuição poderiam ser tratados por lei ordinária. A medida foi vista por alguns partidos como um descumprimento ao acordo de que a desconstitucionalização seria totalmente retirada de seu parecer. Técnicos destacaram que o relator desconstitucionalizou parâmetros previdenciários, sem regras transitórias. "Sem isso, entra em um vácuo jurídico".

Ao divulgar seu parecer, Samuel Moreira informou que a economia em dez anos poderia chegar a R\$ 1,13 trilhão com a destinação de recursos do PIS/Pasep que iam para o BNDES para o financiamento de pagamento de aposentadoria e a tributação de bancos. Mas, não detalhou qual o impacto de cada mudança feita no texto.

Fonte: Valor

Parecer feito por relator permite anistia a dívidas com o Funrural

Uma mudança feita pelo relator da reforma da Previdência na comissão especial da Câmara, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), retirou uma contribuição como Funrural e a reforma não trava na proposta de emenda à Constituição que impede mais anistia como se pretende em projetos que proíbem o governo de anistiar dívidas estimadas em R\$ 15 bilhões contraídas pelo agronegócio com o Fábio Calcini, sócio do escritório Brasil Salomão e Mattes Advocacia.

Com isso, libera o governo para perdoar esses débitos, uma das principais promessas de campanha do presidente Jair Bolsonaro ao setor. "De fato houve uma alteração no texto da reforma que possibilita, agora, a remissão do Funrural sem maiores discussões", destaca o tributarista Eduardo Lourenço, sócio do Maneira Advogados.

Quando encaminhou a PEC da reforma ao Congresso, em fevereiro, a equipe econômica tentou proibir a anistia dessas dívidas com contribuições previdenciárias, como Funrural e desonerações da folha de pagamentos de setores empresariais, chamadas de "contribuições substitutivas". A alteração feita pelo relator partiu de uma emenda supressiva proposta pelo deputado ruralista Jerônimo Goergen (PPRS), autor de um projeto de lei, que prevê justamente a remissão do passivo do Funrural. "O governo estava dizendo que só ia votar o tema da anistia do Funrural depois da reforma, o que não ia acontecer por conta da trava. Agora ele poderá cumprir a promessa da remissão", afirmou.

Em seu parecer apresentado na semana passada, porém, Moreira excluiu a proibição a essas contribuições no artigo 195 da Constituição, Anistiar as dívidas do Funrural, contudo, pode levar parágrafo 11. E vedou apenas anistias a Bolsonaro a sofrer um processo de impeachment por crime de responsabilidade fiscal, como já apontaram órgãos do governo como a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Receita Federal e Advocacia-Geral da União (AGU) (Refis) que ultrapassem o prazo máximo de 60 meses, como já previa a proposta do governo. Responsabilidade Fiscal.

Por meio de sua assessoria de imprensa, porém, O próprio presidente reconheceu o risco a Moreira nega que a mudança tenha voltado a integrantes da bancada ruralista em reunião para permitir anistia ao Funrural e disse que foi feita recente no Palácio do Planalto.

"para deixar muito claro que se trata do Refis"



O presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado Alceu Moreira (MDB-RS), conta que alertou o relator e o secretário especial de Previdência, Rogério Marinho, sobre a importância de retirar a "cláusula proibitiva" à anistia das dívidas do Funrural da PEC: "A anistia é uma promessa do presidente Bolsonaro, mas essa trava inviabilizava isso. Se era um risco, então melhor tirar."

Procurada, a Secretaria Especial de Previdência limitou-se a dizer que ainda está analisando as alterações feitas no projeto original e dialogando com o relator da reforma.

Fonte: Valor

Reforma garante teto de gastos por 2 anos

Embora o ministro da Economia, Paulo Guedes, tenha advertido que o esforço fiscal a ser obtido com o substitutivo do relator da Orçamento da União ainda dentro do teto de Previdência Social, deputado Samuel Moreira (PSDB-SP), não permite a criação do sistema de capitalização, ele será importante para dar sustentabilidade às contas públicas nos próximos anos, caso seja aprovado pelo Congresso.

O objetivo da reforma não foi o de obter receitas para reduzir ou eliminar o atual déficit previdenciário, mas o de diminuir o ritmo de crescimento das despesas ao longo dos próximos anos. Mesmo com a "desidratação" feita na proposta original pelo relator, o apresentado ajudará a manter as despesas da União dentro do teto de gastos por alguns anos, pelo menos.

O parecer de Moreira propõe um corte de R\$ 860 bilhões nas despesas projetadas para o sistema previdenciário federal nos próximos 10 anos. Ou seja, se o substitutivo não for aprovado, o gasto conjunto do Regime Geral da Previdência Social (RGPS) e do Regime Próprio de Previdência dos Servidores (RPPS) da União será maior nesse montante.

Na economia estimada com o substitutivo de Moreira não está incluída a receita a ser obtida com a proposta do relator de aumentar a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos bancos. Ela se refere apenas ao corte de gastos. A mudança na CSLL e o desvio de parte dos recursos do PIS/Pasep do BNDES para a Previdência são as únicas receitas previstas no parecer.

A redução do crescimento das despesas da Previdência permitirá que o governo elabore o Orçamento da União ainda dentro do teto de gastos por alguns anos. Mesmo assim, como as despesas previdenciárias continuarão aumentando, embora em ritmo menor, outros gastos terão que ser reduzidos para que o teto seja cumprido. A Instituição Fiscal Independente (IFI), entidade do Senado, estima que mesmo com a aprovação da reforma, o teto já será descumprido em 2022.

Com o descumprimento do teto, o governo teria que adotar as regras de controle de despesas que constam da Emenda Constitucional 95. Elas proíbem a criação de novos gastos, a realização de concurso público, a concessão de reajuste salarial ou qualquer tipo de vantagem aos servidores, e a concessão de aumento real para o salário mínimo, entre outras medidas.

O diretor-executivo da IFI, Felipe Salto, considera que o "efeito fiscal da reforma é significativo", mesmo com a "desidratação" feita na proposta pelo relator Moreira. A estimativa preliminar da IFI é que a "desidratação" reduziu a economia inicialmente prevista com a reforma em 26%. Em vez de uma economia de R\$ 997,4 bilhões em 10 anos, inicialmente prevista, a IFI agora trabalha com algo em torno de R\$ 740 bilhões. O corte nas despesas previdenciárias futuras não diminuirá o déficit primário do governo central (Tesouro, Previdência e Banco Central), pois o gasto máximo da União de cada ano já está dado pelo teto.

Neste cenário, o resultado primário só melhorará com o aumento das receitas federais, que depende da recuperação da atividade econômica.

Felipe Salto acredita que a aprovação do substitutivo de Moreira pelo Congresso vai melhorar as expectativas do mercado, ajudando na redução dos juros e na retomada da economia. "O mercado vai precificar juros mais baixos, o que reduzirá o custo do endividamento público", explicou. Com isso, o diretor executivo da IFI espera

uma redução do déficit nominal do setor público. As projeções da IFI indicam que a União passaria a fazer superávit primário em suas contas a partir de 2026, mesmo com a aprovação da reforma da Previdência. O déficit primário do governo central acumulado nos últimos doze meses, até abril, ficou em 1,62% do Produto Interno Bruto (PIB).

O sistema de capitalização proposto por Guedes, e que foi expressamente rejeitado pelo relator Moreira, previa que o trabalhador que ingressasse no mercado de trabalho iria contribuir para sua aposentadoria depositando todo mês um determinado valor, que não foi definido, em uma conta individual. Com isso, ele deixaria de contribuir para o RGPS.

Com a redução da receita do RGPS, o déficit iria aumentar. Este é o custo de transição do novo regime, representado pela perda de receita com a ida dos trabalhadores para o regime de capitalização. O governo nunca informou, no entanto, qual era sua previsão para o custo de transição.

Cada especialista tem sua estimativa. Alguns projetam que ele pode chegar a um valor equivalente a dois PIBs, ou seja, superar R\$ 12 trilhões até a extinção do atual regime previdenciário de repartição simples. Para lançar o regime de capitalização, Guedes necessitava de uma redução ainda mais significativa das despesas previdenciárias, o que seria uma forma de controlar o déficit do RGPS e do RPPS. Outra maneira de viabilizar a capitalização seria adotar a chamada conta nacional. Isto significa que parte da contribuição mensal do trabalhador continuaria ingressando nos cofres do Tesouro Nacional e ajudaria a cobrir o déficit do RGPS. Seria uma espécie de empréstimo ao Tesouro. O dinheiro do trabalhador seria contabilizado em uma conta individual e remunerado de acordo com critérios a serem definidos em lei.

Fonte: Valor

Quatro projetos têm alta probabilidade de virarem lei

A Câmara dos Deputados e o Senado Federal pautaram para esta semana quatro projetos com alta probabilidade de se tornarem leis nos próximos 180 dias, segundo projeção do Estudos Legislativos e Análise Política do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap/Ello) para o Valor Política.

Na Câmara, um dos projetos autoriza o proprietário de imóvel rural a separar parte dele para servir como garantia de empréstimo vinculado à Cédula Imobiliária Rural (CIR), criada pela proposta para representar a dívida. Outro projeto reforça a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), ao prever, por exemplo, que os empreendimentos em situação de alto risco terão 45 dias para pagar a remoção e realocação dos ocupantes das áreas potencialmente afetadas pelo possível rompimento.

O texto, já aprovado no Senado, acelerou com o rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho (MG), e seguirá para sanção caso aprovado.

No Senado, está o projeto que assegura a permanência de edificações comerciais e residenciais já erguidas à margem de rodovias federais e ferrovias, ainda que a lei em vigor proíba construções em uma faixa de 15 metros de cada lado de estradas ou trilhos. Outra proposta com alta chance de aprovação é a que estabelece normas para a elaboração e comercialização de queijos artesanais.

O levantamento do Cebrap/Ello considerou 29 propostas com impacto econômico que estão na pauta de plenário da Câmara e do Senado ou terminativa nas comissões (quando dispensa votação em plenário). A probabilidade de aprovação, referente aos próximos 180 dias, é baseada num modelo estatístico sobre o histórico de votações desde 1988.

Fonte: Valor